

Concordo.
Remeter à consideração do membro do Governo.

David João
Varela Xavier

Assinado de forma digital por David João
Varela Xavier
DN: c=PT, o=Secretaria-Geral da
Presidência do Conselho de Ministros,
cn=David João Varela Xavier
Dados: 2017.06.29 09:39:30 +01'00'

Concordo com o parecer técnico.
À consideração superior.

MIGUEL MARTINS
AGROCHÃO

Assinado de forma digital por MIGUEL MARTINS
AGROCHÃO
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão, ou=Cidadão
Português, ou=Autenticação do Cidadão, sn=MARTINS
AGROCHÃO, givenName=MIGUEL
serialNumber=B131796577, cn=MIGUEL MARTINS
AGROCHÃO
Dados: 2017.06.28 17:42:22 +01'00'

Despacho:

Catarina Marcelino 2017.06.29
Rosa da Silva 18:56:27 +01'00'

Inf. n.º PLAV/557/2017

Data:2017-06-27

Assunto: SIADAP 1- CIG - QUAR e Plano de Atividades 2017_ rfm

No âmbito da PCM as atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação estão cometidas à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros¹ (SGPCM). Cumpre-lhe assegurar a coerência, coordenação e acompanhamento do ciclo de gestão dos serviços com os objetivos globais do ministério e sua articulação com o SIADAP, bem como acompanhar e validar os objetivos e indicadores de desempenho do Quadro de Avaliação e Responsabilização².

Os serviços propõem os objetivos e entregam o QUAR e o Plano de Atividades até 30 de novembro de 2016, para que, após emissão de parecer prévio de validação pela SGPCM, o membro do Governo aprove, até 15 de dezembro, os objetivos a prosseguir em 2017.

Considerando a informação disponibilizada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) procedeu-se ao preenchimento da lista de validação, que se anexa como parte integrante desta informação. Do ponto de vista técnico e metodológico, o QUAR de 2017 da CIG reúne os requisitos necessários, pelo que se propõe à consideração superior do membro do Governo a decisão de aprovação.

A lista de validação reporta-se à versão alterada do QUAR 2017 da CIG, na sequência do definido pela respetiva tutela.

À consideração superior,

A Técnica Superior,

VERÓNICA ISA BICHO
DA SILVA

Assinado de forma digital por VERÓNICA ISA BICHO DA SILVA
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão, ou=Cidadão Português,
ou=Assinatura Qualificada do Cidadão, sn=BICHO DA SILVA,
givenName=VERÓNICA ISA, serialNumber=B1100331971,
cn=VERÓNICA ISA BICHO DA SILVA
Dados: 2017.06.28 16:21:54 +01'00'

¹ Nos termos do n.º 2 do art.º 8.º e do art.º 13.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

² Nos termos conjugados do art.º 81.º e 13.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, Lei n.º 55-A/2010 e Lei 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, cumpre à SGPCM.



PLANO DE ATIVIDADES 2017

Em conformidade com Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro

Ficha Técnica

Título: Plano de Atividades 2017

Data de Finalização: 27abr2017

Endereço:

Presidência do Conselho de Ministros

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Av.ª da República, 32, 1.º Esq.

1050-193 Lisboa

Telefone: (+351) 217983000

Fax: (+351) 217983098

Correio eletrónico: cig@cig.gov.pt

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1. Estrutura organizacional	6
1.2. Destinatários da acção da CIG	7
1.3. Processo de elaboração do PA2017	8
2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	9
2.1. Articulação com o Programa do Governo	9
2.2. Articulação com a missão e competências do organismo	9
2.3. Objetivos Estratégicos para 2017	10
2.4. Objetivos Operacionais para 2017	10
2.5. Eventos a realizar em 2017	15
2.6. Atividades não previstas ou não enquadradas em programas	15
2.7. EEAGrants	16
2.8. Portugal 2020 - A CIG enquanto Organismo Intermédio	18
2.9. Portugal 2020 – Projetos co-financiados de que a CIG é diretamente beneficiária	20
2.10. Outros projetos de que a CIG é diretamente beneficiária	21
3. RECURSOS E AVALIAÇÃO	21
3.1. Recursos humanos	21
3.2. Recursos financeiros	22
3.3. Programas de formação interna ou externa	25
4. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	25
5. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	26
6. ANEXOS	26

NOTA INTRODUTÓRIA

A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui um dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa¹, sendo a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) o organismo nacional responsável pela promoção e defesa desse princípio, procurando responder às profundas alterações sociais e políticas da sociedade nestas matérias.

O Plano de Atividades da CIG para o ano de 2017 (PA2017) constitui um instrumento fundamental de planeamento e controlo de gestão desta Comissão, através do qual se definem as prioridades e as respetivas ações, bem como a afetação e mobilização dos recursos.

O estabelecimento das prioridades para 2017 teve por base a missão e atribuições da CIG, bem como as orientações estratégicas que decorrem do Programa do XXI Governo Constitucional. Por outro lado, o atual contexto socioeconómico, com consequências negativas em alguns dos indicadores de género mais significativos, constitui igualmente um desafio acrescido para a CIG.

Acresce que 2017 é um ano particularmente relevante para a CIG e para as políticas públicas de igualdade. Desde logo, a CIG comemora este ano o 40º aniversário desde a sua institucionalização, em 17 de novembro de 1977. Neste âmbito, temos previsto realizar, em parceria com o Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e com as organizações da sociedade civil, um conjunto de iniciativas que pretendem dar visibilidade ao trabalho que esta Comissão tem vindo a desenvolver ao longo das últimas quatro décadas, bem como ao contributo de todas as pessoas que, dentro e fora da CIG, têm trabalhado para o progresso da igualdade entre mulheres e homens em Portugal.

Atenta a especial relevância na atividade desta Comissão, far-se-á referência aos diferentes tipos de cofinanciamento a que a CIG tem vindo a recorrer para a execução das suas atividades, designadamente, no âmbito do Portugal 2020 e do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGrants).

A ação da CIG decorrerá em consonância, também, com o conjunto de compromissos e orientações internacionais e nacionais na área da cidadania e da igualdade de género, tais como a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação de Pequim (PAP), o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2011-2020, as orientações contidas na Declaração sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Género, de 2008, assinada pelo Estado Português e apresentada em paralelo com a realização da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

No plano da aplicação das orientações políticas estratégicas e dos respetivos instrumentos, no que concerne à sua missão, a CIG continuará a ter a seu cargo a coordenação geral da execução do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI), do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017 (III PNPCTSH), assim

¹ Art.º 9º alínea h).

como do III Programa de Ação para a Prevenção e a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, integrado no V PNPCVDG e, ainda, os Planos e Programas Nacionais em que a Comissão é parceira ou tem outra qualquer relação, como são o caso do Plano Nacional de Ação para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA 1325) e o Plano Estratégico da Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres - CPLP (PECIGEM) e respetivo Plano de Ação.

2017 será o ano da finalização e avaliação do atual ciclo de Planos, iniciado em 2014. É, pois, o momento de fazer a avaliação do ciclo que agora termina e iniciar uma reflexão sobre a Estratégia a seguir para o futuro. Ao longo do corrente ano, a CIG dará início à preparação de uma Estratégia para a Igualdade a mais longo prazo, mais ampla e integrada que os atuais Planos, o que possibilitará uma maior coordenação de sinergias entre os vários interlocutores através da definição de pilares correspondentes às grandes prioridades reconhecidas, nacional e internacionalmente, como fundamentais para alcançar os objetivos de igualdade, integrando desde logo os previstos na Agenda 2030.

Em termos de prestação de serviços diretos aos/às cidadãos/ãs, a CIG continuará a garantir o funcionamento do seu Centro de Informação e Documentação, do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), bem como do Serviço de Informação Jurídica e Apoio Psicossocial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O PA2017 constitui-se como um instrumento orientador da atividade da CIG para 2017, tendo em conta a sua missão e atribuições, bem como o cumprimento dos propósitos enunciados no Programa do XXI Governo Constitucional em matéria de cidadania e igualdade de género.

O PA2017 estrutura-se em 4 objetivos estratégicos, a saber: i) a promoção da integração da perspetiva de género nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural; ii) a promoção da difusão e defesa dos Direitos Humanos, nomeadamente no que se refere ao exercício da cidadania, e à transversalidade dos princípios da igualdade de género, como fatores de construção de uma sociedade inclusiva; iii) a prevenção e o combate a todas as formas de discriminação e violência de género, nomeadamente violência doméstica e tráfico de seres humanos; e iv) a promoção da melhoria organizacional a nível de estrutura, processos e pessoas.

A operacionalização dos objetivos estratégicos desenvolve-se segundo cinco objetivos operacionais enquadrados em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

Como **objetivos operacionais de eficácia** foram fixados os seguintes: *“Implementar o mainstreaming de género”; “Assegurar a coordenação central da execução dos Planos e Programas Nacionais” e; “Garantir a execução das medidas e ações previstas no âmbito do Portugal 2020 (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e Programas Regionais de Lisboa e do Algarve)”*. Como **objetivo operacional de eficiência** foi fixado o seguinte: *“Garantir a execução das medidas dos Planos e Programas Nacionais em que a CIG é entidade responsável pela execução ou onde é apenas entidade envolvida na execução”*. Por

último, o **objetivo operacional de qualidade** é “Promover iniciativas propiciadoras de melhorias a nível da estrutura e processos organizacionais”.

Para o ano de 2017, a CIG (incluindo a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género) conta com um mapa de pessoal aprovado pela tutela composto por 59 trabalhadores/as e uma dotação inicial de 3.899.360 EUR, significando um decréscimo de 5,2% face a igual período homólogo (4.112.430 EUR), sobretudo motivado pela redução da inscrição orçamental no âmbito do orçamento de projetos, especificamente do financiamento europeu do programa PT07-EEAGrants, o qual se conclui em 2017.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A CIG é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado na Presidência do Conselho de Ministros (PCM) e tutelado pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade². É reconhecida autonomia financeira à CIG, restrita à gestão de programas financiados por recursos financeiros comunitários ou internacionais de idêntica natureza³.

Tem a sua sede em Lisboa e dispõe de um serviço desconcentrado no Porto (Delegação do Norte).

A CIG tem por **missão** garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género e prossegue as atribuições previstas no Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro. São órgãos da CIG a Presidente⁴ e o Conselho Consultivo⁵.

A sua **organização interna** obedece a um modelo de estrutura mista⁶: Nas áreas relativas à gestão de recursos, assuntos jurídicos, estudos e formação, comunicação, documentação e informação, relações internacionais e tráfico de seres humanos, o modelo de estrutura hierarquizada; Nas áreas relativas à gestão e apoio de projetos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e doméstica, rede social e autarquias, o modelo de estrutura matricial.

Contempla, na sua **estrutura nuclear**, uma direção de serviços⁷ (delegação do Norte), sendo ainda composta por três **unidades orgânicas flexíveis**⁸, a saber: a Divisão de Documentação e Informação (DDI); a Divisão de Assuntos Jurídicos (DAJ), e; a Divisão Administrativa e Financeira (DAF).

² Nos termos do Despacho n.º 660/2016, de 5 de janeiro de 2016, publicado no DR, 2.ª série – N.º 10 – 15 de janeiro de 2016.

³ Vide n.º 3 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro.

⁴ A CIG é atualmente dirigida por uma Presidente, coadjuvada por um Vice-Presidente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente.

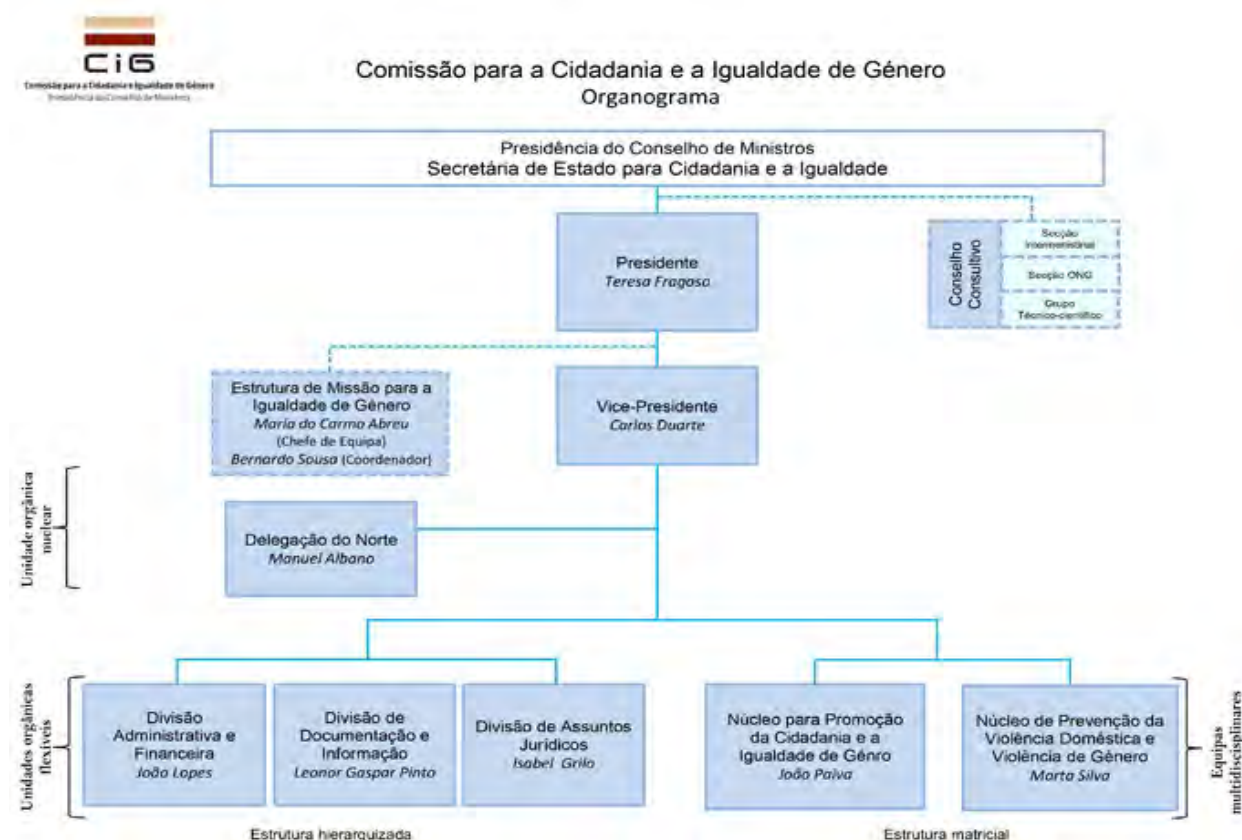
⁵ O Conselho Consultivo é um órgão de consulta em matéria de conceção, implementação e avaliação das políticas públicas de educação para a cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género, que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil. É presidido pelo membro do Governo com tutela sobre a CIG, quando presente, e, na sua ausência, pela Presidente da CIG. É composto pela Presidente e Vice-Presidente da CIG, por uma secção interministerial, por uma secção das organizações não governamentais e por um grupo técnico-científico.

⁶ Vide artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro.

⁷ Dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia de 1.º grau (vide artigo 1.º da Portaria n.º 27/2012, de 31 de janeiro).

Subjacente ao modelo de estrutura matricial, estão as áreas de missão relativas à gestão e apoio de projetos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e doméstica, rede social e autarquias, agrupadas por centros de competência cujas atividades são asseguradas por duas **equipas multidisciplinares**⁹, a saber: o Núcleo para a Promoção da Cidadania e Igualdade de Género (N -CIG), e; o Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género (N -VDVG).

O organograma da CIG consta representado na figura infra:



1.2. DESTINATÁRIOS DA ACÇÃO DA CIG

Enquanto serviço central da administração direta do Estado, a CIG é um organismo coadjuvante na execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Neste sentido, os destinatários da ação da CIG são todos os intervenientes a nível da execução daquelas políticas públicas, nomeadamente os organismos da Administração Central, Regional e Local, organismos e instituições da sociedade civil e a população em geral.

⁸ Criadas pelo Despacho n.º 4970/2012, de 20 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 72 — 11 de abril de 2012.

⁹ Criadas pelo Despacho n.º 5034/2012, de 20 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 72 — 11 de abril de 2012.

1.3. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PA2017

O PA2017 foi elaborado com o objetivo do mesmo constituir uma ferramenta útil de gestão, quer ao nível da implementação das ações, quer ao nível da respetiva monitorização ou da avaliação final.

O processo da sua elaboração foi iniciado com o contributo das diferentes unidades orgânicas, recolhendo-se a informação necessária para a formulação das previsões para o exercício de 2017. Sublinha-se, aqui, a importância da continuidade de grande parte das ações em que a CIG está envolvida, quer no plano endógeno quer no plano exógeno, isto é, importa ter em conta que uma significativa parte da sua atividade decorre de processos plurianuais, quer no que diz respeito ao cumprimento de muitas das suas obrigações enquanto serviço central da administração direta do Estado, quer na diversidade das suas relações interinstitucionais, no contexto nacional ou internacional.

Em 2017 a CIG continuará a ter a seu cargo a coordenação geral da execução do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação, 2014-2017 (V PNI), do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017 (III PNPCTSH), assim como do III Programa de Ação para a Prevenção e a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, integrado no V PNPCVDG e, ainda, os Planos e Programas Nacionais em que a Comissão é parceira ou tem outra qualquer relação, como é o caso do Plano Nacional de Ação para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA 1325) e o Plano Estratégico da Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres – CPLP (PECIGEM) e respetivo Plano de Ação.

Além da função de coordenação geral da execução dos Planos e Programas Nacionais, a CIG tem, também, diferentes tipos e formas de responsabilidade neste domínio. Com efeito, a CIG tem responsabilidade direta na execução (de forma exclusiva ou partilhada com outras entidades, conforme os casos) em muitas das atividades desses mesmos Planos e Programas Nacionais, ao que acresce a sua condição de entidade envolvida na execução de outras dessas atividades, embora, nestes casos, sem função de responsabilidade direta pela respetiva execução.

A CIG assume ainda um papel central na gestão dos apoios do Fundo Social Europeu na área da cidadania e igualdade de género do Portugal 2020, para o que conta com uma equipa própria – a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género (EMIG).

Sublinha-se, portanto, a relevância desta substancial quantidade e diversidade de atribuições e competências da CIG no que se refere à planificação geral da sua atividade, bem como a todos os processos de gestão e administração que lhe são afins.

De igual forma, dando cumprimento ao que estabelece a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, este Plano de Atividades integra o respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2017. Este instrumento integrado no sistema global de gestão e avaliação do desempenho de toda a Administração Pública (SIADAP) mereceu a adequada articulação com toda a ação proposta pela CIG para 2017, configurando-o, de resto, como um instrumento central na monitorização da gestão e da administração de base organizacional, o qual permitirá avaliações trimestrais.

Em síntese, o processo de elaboração do PA2017 ao exigir a participação de todas as unidades orgânicas da CIG na sua construção, configura-se como uma efetiva ferramenta de monitorização e compromisso entre todos, o qual se constitui, também, como uma base fundamental para a avaliação do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da CIG para 2017.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

O PA2017 constitui-se como um referencial da gestão e administração da CIG para o ano de 2017, tendo em conta as respetivas natureza, missão e atribuições, bem como os propósitos políticos que lhe são atribuídos para este espaço de tempo.

2.1. ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DO GOVERNO

Ao nível macroeconómico, o cenário continua a ser de consolidação orçamental, implicando um esforço de contenção e disciplina nos gastos públicos, que obrigará à procura de novas soluções que permitam manter os objetivos e metas estabelecidos.

No âmbito do sector de atividade a que se refere a missão da CIG, o PA2017 inscreve-se no cumprimento dos propósitos enunciados no Programa do XXI Governo Constitucional, designadamente no capítulo VII, *Mais coesão, menos desigualdades*, e respetivo subcapítulo 4, *Construir uma sociedade mais igual*, sem prejuízo da intervenção estratégica da CIG se orientar pela transversalização da igualdade de género nos diferentes domínios da ação política.

2.2. ARTICULAÇÃO COM A MISSÃO E COMPETÊNCIAS DO ORGANISMO

O PA2017 pretende desenvolver o reforço da transversalização da dimensão de género, ou seja, do *mainstreaming* de género, de modo a garantir a integração desta dimensão em todos os domínios de atividade política e da realidade social, tendo em vista a construção de uma cidadania plena de homens e mulheres nas esferas pública e privada, integradora da dimensão da igualdade de género, promovendo a conjugação desta estratégia com a implementação de ações específicas, incluindo ações positivas, destinadas a ultrapassar as desigualdades que afetam em particular as mulheres e, também, introduzindo a perspetiva de género em todas as áreas de discriminação, prestando um olhar particular aos diferentes impactos desta junto dos homens e das mulheres, designadamente, nas situações de discriminações múltiplas. Neste sentido, o PA2017 propõe uma tripla abordagem:

- A implementação de medidas com impacto externo, no âmbito das áreas de intervenção definidas pela atual Lei Orgânica e Planos e Programas nacionais sob coordenação da CIG, apostando para tal no estreitamento das parcerias e do trabalho em rede com outros organismos, serviços ou instituições que desenvolvam ou possam vir a desenvolver atividades no âmbito da cidadania e da igualdade de género, nomeadamente ao nível da Administração Central e Local, Organizações Não-

Governamentais, Empresas e Academia, bem como na capacitação desses interlocutores privilegiados, quando necessário;

- A melhoria de determinadas áreas de gestão interna, visando quer o reforço do planeamento, monitorização e avaliação das iniciativas e dos Planos Nacionais sob a sua coordenação, quer o desenvolvimento de iniciativas que levem à clarificação do exercício das funções e das competências desempenhadas pelo corpo técnico e chefias intermédias, de forma a estreitar os canais internos de comunicação, promovendo quer uma maior partilha de informação, quer uma maior capacitação das pessoas, bem como a racionalização e o reforço das estruturas e recursos existentes para a boa prossecução da missão da CIG;
- Por último, o PA2017 propõe o reforço de áreas estratégicas de apoio à gestão e à tomada de decisão política, nomeadamente a recolha, produção e disseminação de conhecimento, bem como a definição de uma estratégia de comunicação externa.

2.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA 2017

Os objectivos estratégicos para 2017 são os seguintes:

Objetivo estratégico 1

Promover a integração da perspetiva de género (mainstreaming de género) nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural, nomeadamente ao nível da Administração Pública (direta ou indireta), empresas e organizações da sociedade civil.

Objetivo estratégico 2

Promover a difusão e defesa dos Direitos Humanos, nomeadamente no que se refere ao exercício da cidadania, à igualdade de oportunidades e promover a transversalidade dos princípios da igualdade de género, como fatores obrigatórios na construção de uma sociedade inclusiva.

Objetivo estratégico 3

Prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência cometidas por motivos de género, nomeadamente ao nível da violência doméstica e do tráfico de seres humanos.

Objetivo estratégico 4

Promover a melhoria organizacional a nível de estrutura, processos e pessoas.

2.4. OBJETIVOS OPERACIONAIS PARA 2017

A operacionalização dos objectivos estratégicos antes apresentados é definida através da harmonização de três grupos de objetivos, segundo os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade:

Para tal, os objectivos operacionais contribuem, segundo os diferentes graus de importância – definidos no próprio QUAR – para a concretização dos objectivos estratégicos.

Por sua vez, cada um dos três grupos de objetivos operacionais é desagregado em indicadores operativos, os quais constituem as unidades básicas de análise do desempenho organizacional.

No conjunto, o QUAR da CIG para 2017 é composto por quatro objetivos estratégicos, desenvolvidos segundo cinco objetivos operacionais (de eficácia, de eficiência e de qualidade), estes últimos, desagregados em cinco indicadores (cada objetivo operacional conta apenas um indicador, de natureza compósita, isto é, cujo apuramento resulta da conjugação de diversos factores que o constituem, segundo um algoritmo próprio).

Sem prejuízo de uma leitura mais detalhada sobre a estrutura do QUAR da CIG para 2017, constante no anexo 01 a este Plano de Atividades, onde se poderão observar os respetivos ponderadores para efeitos de avaliação, os objetivos operacionais estão configurados na seguinte forma:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DE EFICÁCIA

Este grupo é composto pelos seguintes objetivos operacionais:

Objetivo Operacional 1 - “Implementar o mainstreaming de género”

Este objetivo pretende dar cumprimento aos objetivos estratégicos 1, 2 e 3.

Integra as seguintes atividades:

- Acompanhar e apoiar os vários Ministérios no desenho, implementação e avaliação dos Planos de Política setorial, na ótica da igualdade;
- Acompanhar e apoiar as autarquias locais no desenho, implementação e avaliação de Planos Municipais para a Igualdade;
- Acompanhar e apoiar a implementação dos Planos de Igualdade internos na Administração Pública Central e Local;
- Reforçar a articulação com o mundo Empresarial, com Instituições de Ensino Superior, Organizações não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil em geral, nomeadamente através da realização das reuniões quer das secções, quer do plenário do Conselho Consultivo, assim como do Grupo Técnico-científico;
- Consolidar as estratégias de intervenção que visem promover o exercício pleno da cidadania por mulheres e por homens, em todos os contextos das esferas pública e privada, potenciando as parcerias com diferentes tipos de entidades, o trabalho em rede e a capacitação de agentes estratégicos, em especial nas áreas da educação, do trabalho e do emprego, da comunicação e da saúde;

- Sensibilizar os vários setores para, sempre que possível, recolham e disponibilizem dados desagregados por sexo;
- Sensibilizar os vários agentes para proceder a uma avaliação dos resultados da implementação das políticas e medidas de acordo com o impacto das mesmas na perspetiva de género;
- Assegurar a prestação de assessoria jurídica nas áreas de intervenção da CIG, com particular relevância nas que incidem sobre discriminação e violência doméstica e de género;
- Monitorizar as atividades das entidades e/ou projetos em curso, no âmbito das cartas de compromisso celebradas como membro do governo com a tutela da igualdade, com recurso às verbas dos Jogos Sociais;
- Executar os compromissos decorrentes dos artigos 20º e 58º, ambos da Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro;
- Implementar, desenvolver e acompanhar os procedimentos relativos ao apoio técnico e financeiro às ONGM e a outras ONG, que desenvolvam, respetivamente, atividades sob a forma de programas, projetos ou ações que tenham como finalidade a promoção da dignidade e da igualdade da mulher face aos demais membros da sociedade, ou a igualdade de género, nos termos do regime jurídico aplicável;
- Acompanhar a prestação de ajuda de carácter técnico e financeiro às ONGM e a outras ONG, que desenvolvam, respetivamente, atividades sob a forma de programas, projetos ou ações e que tenham como finalidade a promoção da dignidade e da igualdade da mulher face aos demais membros da sociedade, ou a igualdade de género, aferindo a sua conformidade com as temáticas previamente definidas como prioritárias pela CIG;
- Acompanhar, de acordo com as atribuições da CIG, o processo de conferência de competências técnicas e certificação de qualidades de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género;
- Acompanhar e assegurar o cumprimento dos instrumentos internacionais aos quais Portugal se encontra vinculado, inter alia, das diretivas e jurisprudência e demais legislação comunitárias, de convenções e outros compromissos internacionais nas áreas de competência da CIG;
- Executar os compromissos decorrentes da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW);
- Executar os compromissos decorrentes da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul);
- Executar os compromissos decorrentes da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e das recomendações do órgão de monitorização – GRETA;
- Acompanhar os compromissos políticos decorrentes do trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho da Europa (CE), das instituições da União Europeia (EU) e dos seus Estados-

Membros, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outras, nas áreas de competência da CIG ou sempre que seja solicitada a contribuir, numa perspetiva da integração da dimensão de género, em todas as áreas, por outras entidades.

- Assegurar a execução do Plano Anual de Edição e Divulgação da CIG.
- Recolher, tratar e divulgar dados estatísticos atualizados sobre a igualdade de género em Portugal
- Divulgar atividades e recursos de informação promotores da igualdade de género.

Indicador 01

Taxa de incremento das parcerias com entidades públicas, designadamente da Administração Pública Central e da Administração Pública Local, bem como dos respectivos organismos e serviços tutelados.

Objetivo Operacional 2 - “Assegurar a coordenação central da execução dos Planos e Programas Nacionais”

Este objetivo pretende dar cumprimento aos objetivos estratégicos 1, 2 e 3.

Integra as seguintes atividades:

- Acompanhar e coordenar a implementação das medidas inscritas nos Planos Nacionais sob coordenação geral da CIG [o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI), o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017 (III PNPCTSH)], o III Programa de Ação para a Prevenção e a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, integrado no V PNPCVDG e o II Plano Nacional de Ação para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança, e outros cuja concretização dependa exclusiva ou maioritariamente da iniciativa da CIG, bem como proceder à avaliação da implementação destes durante 2017.
- Coordenar os Grupos de Trabalho interministeriais responsáveis pela implementação dos Planos Nacionais e Programas sob responsabilidade da CIG.

Indicador 02

Taxa média de execução dos mecanismos de coordenação central da aplicação do V PNI, do V PNPCVDG, do III PNPCTSH, do III PAPEMGF e do II PNAIRCSNU 1325.

Objetivo Operacional 3 - “Garantir a execução das medidas dos Planos e Programas Nacionais em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução”

Este objetivo pretende dar cumprimento aos objetivos estratégicos 1, 2 e 3.

Integra as seguintes atividades:

- Garantir a execução das atividades previstas nos Planos e Programas Nacionais onde a CIG é a entidade responsável pela sua execução;
- Prevê-se a execução, em 2017, dos seguintes números de medidas segundo os diferentes Planos e Programas Nacionais: 37 medidas do V PNI; 52 medidas do V PNPCVDG; 22 medidas do III PNPCTSH, 24 medidas do III PAPEMGF e 13 do II PNAIRCSNU 1325.

Indicador 03

Taxa média de execução das medidas inscritas no V PNI, no V PNPCVDG, no III PNPCTSH, no III PAPEMGF e no II PNAIRCSNU 1325, para 2017, em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.

OBJETIVO OPERACIONAL DE EFICIÊNCIA

Este grupo é composto pelo seguinte objetivo operacional:

Objetivo Operacional 4 - “Assegurar uma eficiente operacionalização dos concursos para seleção de candidaturas nas tipologias de operações dirigidas à igualdade de género, no âmbito do Portugal 2020 (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e Programas Regionais de Lisboa e do Algarve)”

Este objetivo pretende dar cumprimento aos objectivos estratégicos 1, 2 e 3.

Integra as seguintes atividades:

- Implementar os contratos de delegação de competências celebrados com as Autoridades de Gestão dos Programas, promovendo os procedimentos estabelecidos na gestão do financiamento e cumprindo as metas definidas para os indicadores de realização e resultado, o nível de despesa certificada, os prazos de análise e as taxas de erro.
- Acompanhamento dos projetos, identificação de boas práticas, apoio aos beneficiários e promoção dos resultados alcançados.

Indicador 04:

Número de concursos abertos no âmbito das tipologias de operação PT2020.

OBJETIVO OPERACIONAL DE QUALIDADE

Este grupo é composto pelo seguinte objetivo operacional:

Objetivo Operacional 5 - “Promover iniciativas propiciadoras de melhorias a nível da estrutura e processos organizacionais”

Este objetivo pretende dar cumprimento ao objectivo estratégico 4.

Integra as seguintes atividades:

- Implementar o módulo de gestão de mailing lists na Framework web da CIG;
- Operacionalizar a área Acesso Reservado (destinada ao Conselho Consultivo da CIG) no sítio web da CIG;
- Elaborar um estudo sobre a aplicação do licenciamento Creative Commons ao sítio web e às publicações CIG.

Indicador 05

Taxa de execução do Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais aprovado.

2.5. EVENTOS A REALIZAR EM 2017

No âmbito das comemorações a realizar para o ano de 2017, cujos conteúdos se integram na missão e competências desta Comissão, a CIG tem considerado como previstas as atividades que se relacionam com os seguintes dias:

- Dia 6 de fevereiro – Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina;
- Dia 8 de março – Dia Internacional das Mulheres;
- Dia 17 de maio – Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e a Transfobia;
- Dia 18 de outubro – Dia Europeu Contra o Tráfico de Seres Humanos;
- Dia 25 de novembro – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

2.6. ATIVIDADES NÃO PREVISTAS OU NÃO ENQUADRADAS EM PROGRAMAS

Na execução do PA2017, a CIG toma em consideração as atividades ou ações que, não estando enquadradas no QUAR, ou previamente previstas ou determinadas, venham a surgir ao longo deste período, e que, pela sua relevância, merecem especial referência neste Plano.

	META	TOLERÂNCIA	FONTE
REFORÇAR O AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO			
OP1 Elaborar instrumentos de controlo interno			
IND1 N.º de instrumentos de controlo interno elaborados	5	2	Site institucional
ASSEGURAR A OPTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS			
OP2 Optimizar a utilização de Acordos-Quadro			
IND2 Taxa de incremento da despesa realizada ao abrigo de Acordos-Quadro	10%	5%	Contratação administrativa
PROMOVER O REFORÇO DA FORMAÇÃO COMO FATOR DE AUMENTO DA CAPACITAÇÃO DA CIG E DOS SEUS RH			
OP3 Qualificar os colaboradores da CIG			
IND3 Taxa de execução do plano de formação aprovado	85%	5%	Plano formação 2017

Na atividade orientada para o exterior, manter-se-ão, sempre que necessário, as ações de apoio à elaboração e desenvolvimento de medidas de política global e sectorial com incidência na promoção da cidadania e da igualdade de género, participando, sempre que adequado, na sua execução.

2.7. EEAGRANTS

Em 2017, a CIG, enquanto Operadora do Programa do PT07- *A Integração da Igualdade de Género e a Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada*, irá divulgar os resultados dos doze projetos financiados, que terminaram em 2016, com uma taxa de execução geral superior a 90%. A saber:

Pré-definidos:

- PDP1 - *“O papel dos homens na conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional em Portugal”* - promovido pela CITE: divulgação do “Livro Branco sobre os Homens, os Papéis Masculinos e a Igualdade de Género em Portugal”, de três Policy Brief e das principais recomendações que definam medidas que aprofundem a partilha das licenças parentais;
- PDP2 - *‘Inquérito Nacional sobre o uso do tempo por mulheres e homens’* – promovido pelo CESIS: divulgação do livro “Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal”, do Policy Brief, da Campanha Nacional sobre Conciliação e Usos do Tempo, e das principais recomendações resultantes do estudo efectuado;
- PDP3 - *“Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho”*- promovido pela CITE: divulgação de um livro e do Policy Brief, do formulário de “denúncia de assédio” e comparação com o contexto norueguês.

Selecionados na 1ª Open- Call:

- *"Promoção da igualdade de género nos lugares de decisão e redução das assimetrias salariais nas empresas"* - promovido pelo ISEG. Divulgação dos instrumentos criados "à medida" de cada uma das diferentes empresas parceiras: Guiões de Referência para a elaboração de um diagnóstico, para o desenvolvimento de um Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, e de um Referencial de Formação;
- *"Working Genderation - no Trabalho e na Vida"*, promovido pela Universidade do Porto. Divulgação dos principais resultados da análise, do ponto de vista da igualdade de género, de empresas do setor do calçado e têxtil do Norte de Portugal, assim como dos materiais de sensibilização e de formação desenvolvidos no âmbito do projeto.

Selecionados na 2ª Open- Call:

- *"Local Gender Equality"* - promovido pelo CES. Divulgação dos instrumentos criados e testados nas autarquias parceiras do projeto nos diferentes domínios de atuação: "Guiões para a integração da perspetiva de género nas Autarquias" com vista ao reforço da territorialização das políticas de igualdade de género a nível local;
- *"Género e Mobilidade"* - promovido pelo IGOT. Divulgação dos principais resultados do projeto, nomeadamente do tempo despendido com o trabalho não remunerado, de suporte à vida familiar, através da combinação das novas tecnologias da informação (smartphones, API, GPS e SIG) para gerar informação transposta em indicadores, índices, infografias e vídeo. Incentivar a criação de medidas políticas associadas às smart cities na perspetiva da mobilidade inteligente.

Selecionados no Small Grant Scheme:

- *"Equality Balance"* – da Associação Famílias;
- *"A lei de identidade de género"* – do ISCTE;
- *"Rede Igualdade +"* – do Município de Vila do Conde;
- *"Portugal Mais Igual"* – da Associação Questão de Igualdade;
- *"IG-OS"* – do CIEG-ISCS.

Divulgação de 4 diferentes instrumentos de avaliação do impacto das medidas promotoras de Igualdade de Género, mas também dos resultados da avaliação de medida legislativa (Lei n.º 7/2011) que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil.

Em 2017 será ainda lançado o novo sítio web do PT07, desenvolvido um estudo de avaliação de impacto do PT07, organizada uma Conferência Internacional com todos os Operadores de Programa da área da Igualdade de Género dos EEA Grants, o 2.º Seminário Internacional, bem como a Conferência Final do PT07.

Em 2017 será ainda assinado o MoU para o Mecanismo Financeiro EEE 2014-2021, mantendo-se a CIG como Operador de Programa para a área da Igualdade de Género e Violência Doméstica.

2.8. PORTUGAL 2020 - A CIG ENQUANTO ORGANISMO INTERMÉDIO

Para a implementação dos fundos comunitários do Portugal 2020, as autoridades de gestão dos programas operacionais Inclusão Social e Emprego, Regional de Lisboa e Regional do Algarve, em aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, foram incumbidas de delegar na Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, sob sua supervisão, a responsabilidade de assegurar o exercício de relevantes funções de gestão, favorecendo assim a execução das políticas públicas nas áreas da cidadania, da promoção da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos.

Para esse efeito, em 2015, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2015, de 27 de abril, foi criada na CIG a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género (EMIG), com a missão e objetivo de apoiar a CIG no exercício das competências de gestão delegadas pelas autoridades de gestão dos programas que apoiam intervenções na área das políticas de igualdade de género.

Nesse mesmo ano, a CIG e a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) celebraram um contrato de delegação de competências com estabelecimento de subvenção global, com impacto na Região de Convergência, onde a CIG desempenha funções de Organismo Intermédio, abrangendo cinco tipologias de operações:

- 1.06 - Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade;
- 1.07 - Apoio à capacitação de empresas por mulheres;
- 3.15 - Formação de públicos estratégicos;
- 3.16 - Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- 3.17 - Instrumentos específicos de proteção de vítimas e de acompanhamento de agressores de violência doméstica.

No que respeita às Regiões de Lisboa e Algarve, com menor expressão ao nível da dotação financeira, ainda não se encontram celebrados os contratos de Delegação de Competências com os respetivos Programas Regionais, o que irá acontecer no decorrer de 2017 à medida que se estabilizar a implementação dos respetivos Programas.

As competências delegadas na CIG, pela AG do POISE, no âmbito do contrato celebrado, abrangem múltiplas funções, de que se destacam as funções relacionadas como processo de seleção e aprovação das candidaturas, a verificação da realização dos projetos cofinanciados, incluindo o cumprimento das metas contratualizadas e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, a operacionalização de verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso e de verificações das operações

in loco de acordo com o plano de amostragem e ainda a adoção de medidas antifraude eficazes tendo em conta a análise de riscos.

No ano de 2017, no âmbito do Portugal 2020, destacam-se as seguintes atividades:

Na área da gestão da subvenção global:

- Elaboração, pós assinatura do Contrato de Delegação de Competências, dos Manuais de Procedimentos da CIG enquanto Organismo Intermédio dos Programas Regionais de Lisboa e do Algarve, documentos que, à semelhança do Manual de Procedimentos da CIG enquanto OI do POISE, constituem um instrumento de apoio fundamental para o exercício das funções da EMIG, permitindo compreender a forma como se realizam todas as tarefas inerentes ao funcionamento da CIG/OI, assumindo também particular relevância no âmbito das auditorias e controlos a realizar pelos organismos externos envolvidos no sistema de gestão e controlo;
- Revisão do Manual de Procedimentos da CIG enquanto OI do POISE, num exercício de reflexivo de melhoria contínua do funcionamento da estrutura de missão e adaptação à novas realidades que surgem na gestão do financiamento.
- Elaboração e/ou atualização de notas explicativas das grelhas de análise das candidaturas;
- Elaboração das propostas de aviso de abertura das candidaturas em conformidade com as normas previstas no Manual de Procedimentos da AG e em colaboração com os serviços da CIG com responsabilidade na coordenação dos planos nacionais;
- Análise da admissibilidade das candidaturas e da elegibilidade das entidades beneficiárias e dos projetos apresentados no âmbito de cada um dos procedimentos concursais;
- Análise, seleção e decisão sobre as candidaturas apresentadas nos concursos de 2016 e 2017, no âmbito das tipologias de operações abrangidas pela intervenção da CIG enquanto OI;
- Gestão e acompanhamento dos projetos cofinanciados na sua dimensão física e financeira;
- Monitorização financeira das subvenções globais contratualizadas com a CIG;
- Realização de verificações administrativas sobre todos os pedidos de reembolso apresentados pelas entidades beneficiárias, incidindo sobre uma amostra representativa de documentos comprovativos de despesa e de pagamento;
- Realização das verificações no local que tiverem sido programadas realizar no ano de 2017;
- Integração no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da CIG da vertente correspondente à atividade operacional delegada, operacionalizada pela EMIG, reforçando a integração da estrutura de missão na CIG e a consolidação de procedimentos e mecanismos de prevenção e deteção de fraude e corrupção;
- Implementação do processo de Autoavaliação do risco de fraude, aplicando o instrumento de avaliação de risco de fraude disponibilizado pela Comissão aos estados membros, com especial

impacto nas três áreas do ciclo de vida das operações com maior incidência no risco de fraude - seleção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação da despesa e pagamentos.

Na área do conhecimento e divulgação dos projetos apoiados pela subvenção global:

- Contratualização do processo de acompanhamento/avaliação dos projetos apoiados na perspetiva do seguimento do seu programa de ação, da identificação de boas práticas e ainda da avaliação dos seus resultados imediatos e impacto territorial;
- Realização de 2 ações dirigidas à capacitação dos beneficiários em matéria de gestão e utilização dos apoios concedidos numa perspetiva de redução do risco de erro.
- Desenvolvimento da área do site da CIG dirigida à informação dos beneficiários e à divulgação dos projetos apoiados e outras atividades associadas à intervenção no âmbito do Portugal 2020;
- Operacionalização de iniciativas de comunicação interna e ao nível do Conselho Consultivo da CIG, sobre os projetos apoiados na perspetiva da sua relevância e sobre o seu contributo para a operacionalização das medidas previstas nos Planos Nacionais;
- Lançamento de um estudo de avaliação sobre a execução e impacto da tipologia de intervenção dirigida à formação de públicos estratégicos, com elaboração de propostas de melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos apoios atribuídos e dos impactos alcançados.

Na área da gestão da Assistência Técnica afeta à CIG/OI:

Assegurar, em colaboração com a DAF, a organização, gestão e acompanhamento do/s processo/s técnico e administrativo das operações da CIG/OI relativas à Assistência Técnica.

2.9. PORTUGAL 2020 – PROJETOS CO-FINANCIADOS DE QUE A CIG É DIRETAMENTE BENEFICIÁRIA

São os seguintes os projetos co-financiados:

- Sistema de teleassistência a vítimas de violência doméstica, que tem como objetivo fundamental aumentar a proteção e segurança da vítima, garantindo, 24 horas por dia e de forma gratuita, uma resposta adequada quer a situações de emergência, quer em situações de crise.

Este sistema preconiza os seguintes objetivos específicos: Garantir uma intervenção imediata e adequada em situações de emergência, através de uma equipa especializada e da mobilização de recursos técnicos proporcionais ao tipo de situação apresentada; Mobilizar os recursos policiais proporcionais ao tipo de emergência; Atenuar níveis de ansiedade, aumentando e reforçando o sentimento de proteção e de segurança das vítimas, proporcionando apoio e garantindo a comunicação 24 horas por dia com o Centro de Atendimento; Aumentar a autoestima e a qualidade de vida das vítimas, estimulando a criação e/ou reforço de uma rede social de apoio; Minimizar a situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontram, contribuindo para o aumento da sua autonomia e a sua (re) inserção na sociedade.

Este projeto tem âmbito nacional, pelo que o valor total do mesmo, no âmbito das candidaturas ao Portugal 2020, vai ser imputado em conformidade com o número de pessoas, segundo o INE: Norte, Centro e Alentejo - 67%; Lisboa - 28% e Algarve - 5%. As despesas são comuns, repartindo-se pelos três PO, de acordo com a mesma chave de imputação.

- Na sequência da criação da EMIG, a CIG ficou incumbida de assegurar os meios de apoio logístico e administrativo, necessários ao cumprimento da missão daquela Estrutura de Missão, o que será assegurado através do Programa Assistência Técnica.

2.10. OUTROS PROJETOS DE QUE A CIG É DIRETAMENTE BENEFICIÁRIA

Em 2017 terá início o projeto *“Violência sexual nas relações de intimidade”*, financiado pela Comissão Europeia no âmbito da linha de financiamento *“Action grants to support national information, Awareness raising and education activities aimed at preventing and combating violence against Women”*, do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020). A CIG será a entidade coordenadora deste projeto, de âmbito nacional.

3. RECURSOS E AVALIAÇÃO

Para a execução do PA2017 releva a preocupação de relacionar de forma adequada, fiável e exequível, o conjunto das anteriores considerações quer com a indicação de atividades já previstas, embora não identificadas em concreto, quer com a previsão dos recursos e dotações disponíveis (humanos, financeiros e logísticos).

3.1. RECURSOS HUMANOS

A CIG (incluindo a EMIG) conta, no ano de 2017, com um mapa de postos de trabalho composto por 59 trabalhadores/as, aprovado por despacho de 3 agosto de 2016, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, conforme grupos de pessoal que a seguir se indicam:



O quantitativo global de pessoal mantém-se inalterado, comparativamente a igual período homólogo, apenas se verificando o aumento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, por contrapartida da diminuição de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No ano 2016, a CIG dispôs de uma dotação inicial aprovada em sede de Orçamento do Estado, de 4.112.430 EUR, dos quais, 2.341.507 EUR no âmbito do orçamento de actividades e 1.770.923 no âmbito do orçamento de projetos.

Durante a execução orçamental de 2016, depois de consumadas as cativações previstas na lei do orçamento e complementadas pelo decreto de execução orçamental, e registados os reforços no âmbito da FF 129 (a qual absorve a receita proveniente da exploração dos jogos sociais da SCML), a CIG ficou com um orçamento corrigido global de 4.174.461 EUR, no âmbito do qual efectuou 3.206.043 EUR de pagamentos, o que correspondeu a um grau de execução orçamental global de 77% (vide figura infra).

ORÇAMENTO CIG

EXECUÇÃO 2016 (INICIAL/CORRIGIDO/PAGAMENTOS)

valores em euros

AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA	ORÇAMENTO DE ACTIVIDADES			ORÇAMENTO DE PROJETOS			TOTAL		
	Inicial 2016	Corrigido 2016	Pagament os 2016	Inicial 2016	Corrigido 2016	Pagament os 2016	Inicial 2016	Corrigido 2016	Pagament os 2016
D.01 Despesas com o pessoal	1.430.089	1.563.650	1.555.053	440.751	395.849	126.919	1.870.840	1.959.499	1.681.972
D.02 Aquisição de bens e serviços	794.303	952.072	906.278	758.417	515.827	85.791	1.552.720	1.467.899	992.069
D.03 Outros encargos	0	11	10	0	0	0	0	11	10
D.04 Transferências correntes	78.650	111.500	111.500	551.755	591.629	397.997	630.405	703.129	509.497
D.06 Outras despesas correntes	14.350	889	889	0	0	0	14.350	889	889
D.07 Aquisição de bens de capital	24.115	26.102	19.675	20.000	16.932	1.931	44.115	43.034	21.606
Total Geral	2.341.507	2.654.224	2.593.405	1.770.923	1.520.237	612.638	4.112.430	4.174.461	3.206.043

Para o ano 2017 a CIG dispõe de uma dotação global aprovada de 3.899.360 EUR, significando um decréscimo de 5,2% face a igual período homólogo (4.112.430 EUR).

ORÇAMENTO CIG

COMPARATIVO 2016/2017 POR CENTRO FINANCEIRO E AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA

valores em euros

AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA	ORÇAMENTO DE ACTIVIDADES			ORÇAMENTO DE PROJETOS			TOTAL		
	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%
D.01 Despesas com o pessoal	1.430.089	1.507.544	5%	440.751	454.222	3%	1.870.840	1.961.766	5%
D.02 Aquisição de bens e serviços	794.303	916.691	15%	758.417	843.596	11%	1.552.720	1.760.287	13%
D.04 Transferências correntes	78.650	93.000	18%	551.755	33.334	-94%	630.405	126.334	-80%
D.06 Outras despesas correntes	14.350	17.676	23%	0	0	-	14.350	17.676	23%
D.07 Aquisição de bens de capital	24.115	24.115	0%	20.000	9.182	-54%	44.115	33.297	-25%
Total Geral	2.341.507	2.559.026	9%	1.770.923	1.340.334	-24%	4.112.430	3.899.360	-5%

Apesar do crescimento verificado no orçamento de actividades, este decréscimo foi sobretudo motivado pela redução da inscrição orçamental no âmbito do orçamento de projetos, especificamente do financiamento europeu do programa PT07-EEAGrants, o qual se conclui em 2017, em cumprimento da calendarização orçamental plurianual autorizada a coberto da Portaria n.º 644/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, N.º 188, de 30 de setembro de 2013¹⁰.

O exercício orçamental para 2017 continuará pois a denotar um significativo esforço de contenção e rigor face à missão e às atribuições confiadas à CIG através da respetiva Lei Orgânica, onde releva, entre outras, a responsabilidade que esta Comissão terá na coordenação central da implementação simultânea dos seguintes Planos de âmbito nacional a vigorar de 2014 a 2017: V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação, 2014-2017 (V PNI), V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017 (III PNPCTSH), III Programa de Ação para a Prevenção e a Eliminação da Mutilação Genital Feminina e II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (II PNA 1325).

Conforme pode observar-se na figura seguinte, o orçamento de atividades para o exercício de 2017 excede em cerca de 217.519 EUR (+ 9%) o orçamento inicial de 2016, impulsionado, sobretudo, por uma previsão de receitas próprias provenientes da exploração dos jogos sociais da SCML superior à efetuada no período homólogo (+ 133.026 EUR) no âmbito da FF 129.

ORÇAMENTO DE ATIVIDADES CIG

COMPARATIVO 2016/2017 POR FONTE DE FINANCIAMENTO E AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA

valores em euros

AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA	FF 111 - Receitas Gerais			FF 129 - Receitas Próprias			TOTAL		
	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%
D.01 Despesas com o pessoal	1.426.089	1.502.544	5%	4.000	5.000	25%	1.430.089	1.507.544	5%
D.02 Aquisição de bens e serviços	314.303	322.341	3%	480.000	594.350	24%	794.303	916.691	15%
D.04 Transferências correntes	3.000	3.000	0%	75.650	90.000	-	78.650	93.000	18%
D.06 Outras despesas correntes	0	0	-	14.350	17.676	23%	14.350	17.676	23%
D.07 Aquisição de bens de capital	24.115	24.115	0%	0	0	-	24.115	24.115	0%
Total Geral	1.767.507	1.852.000	5%	574.000	707.026	23%	2.341.507	2.559.026	9%

A possibilidade conferida aos serviços de orçamentação de um valor em receitas próprias equivalente ao montante cobrado em 2015, permitirá, no caso concreto desta Comissão, um menor esforço instrutório de processos sucessivos de créditos especiais durante o ano de 2017, para o desenvolvimento de ações e programas de combate à violência doméstica e outras ações no âmbito da cidadania e igualdade de género, bem como, para assegurar (ainda que parcialmente) o apoio técnico e financeiro às Organizações Não Governamentais Mulheres, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/99, de 26 de maio.

¹⁰ Com efeito, os encargos orçamentais para o ano 2017 ascendem a 73.529 EUR, dos quais 85% (62.500 EUR) correspondem a contrapartida externa. Comparativamente, no ano 2016, os encargos orçamentais autorizados e inscritos em sede de orçamento ascenderam a 796.660 EUR, dos quais 85% (677.160 EUR), corresponderam a contrapartida externa.

No âmbito da fonte de financiamento 111 (receitas gerais) e analisada a despesa orçamentada por agrupamento económico de despesa, o acréscimo mais significativo verifica-se no âmbito das despesas com o pessoal (cerca de 5%), em resultado da eliminação dos efeitos das reduções remuneratórias verificadas no exercício de 2016. Também no agrupamento de despesa referente às aquisições de bens e serviços verifica-se um acréscimo de 3% face a igual período homólogo (cerca de 8.000 EUR), o qual pretende acomodar parte das restrições aquisitivas forçadas pelos orçamentos de anos anteriores amplamente deficitários. Este acréscimo foi financiado pela afectação de uma percentagem maior do *plafond* orçamental de receitas gerais ao orçamento de actividades, em detrimento do orçamento de projetos.

Conforme pode observar-se na figura seguinte, o orçamento de projetos para o exercício de 2017 decresceu cerca de 24% (-430.589 EUR) face ao orçamento inicial de 2016, o que se deve sobretudo, e conforme atrás já referido, à redução da inscrição orçamental do financiamento europeu do programa PT07-EEAGrants (que se conclui em 2017) face ao período homólogo.

ORÇAMENTO DE PROJETOS CIG

COMPARATIVO 2016/2017 POR FONTE DE FINANCIAMENTO E AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA

valores em euros

AGRUPAMENTO ECONÓMICO DE DESPESA	FF 153/157 -			FF 242/280 - Participação			TOTAL		
	Comparticipação nacional			externa projetos co-					
	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%
D.01 Despesas com o pessoal	108.003	68.134	-37%	332.748	386.088	16%	440.751	454.222	3%
D.02 Aquisição de bens e serviços	167.477	204.239	22%	590.940	639.357	8%	758.417	843.596	11%
D.04 Transferências correntes	82.763	5.000	-94%	468.992	28.334	-94%	551.755	33.334	-94%
D.07 Aquisição de bens de capital	5.000	1.377	-72%	15.000	7.805	-48%	20.000	9.182	-54%
Total Geral	363.243	278.750	-23%	1.407.680	1.061.584	-25%	1.770.923	1.340.334	-24%

Este decréscimo reflete-se, sobretudo, no âmbito do agrupamento económico de despesa 04 *Transferências correntes*, o qual concentra as transferências programadas efectuar para os promotores de projetos no âmbito do programa PT07-EEAGrants, as quais serão necessariamente menores no ano de encerramento deste programa.

O agrupamento económico de despesa 01 *Despesas com o pessoal*, regista, à semelhança do verificado no âmbito do orçamento de actividades, um acréscimo face ao período homólogo (+3%), reflexo também da eliminação dos efeitos das reduções remuneratórias verificadas no exercício de 2016 sobre o pessoal que integra a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género, dando assim cumprimento aos quantitativos máximos de pessoal, fixados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2015, de 27 de abril.

Não obstante a diminuição verificada face ao exercício orçamental 2016, a figura infra permite observar um incremento da inscrição de projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 (+30% face ao período homólogo anterior), entre outros, a Assistência Técnica financiada pelo PO ISE como também as candidaturas formalizadas junto do PO ISE, PO Lisboa e PO Algarve, para financiamento do programa da teleassistência a vítimas de violência doméstica.

valores em euros

QUADROS DE FINANCIAMENTO	COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL			COMPARTICIPAÇÃO EXTERNA			TOTAL		
	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%	Inicial 2016	Inicial 2017	%
EEAGrants	119.499	11.029	-91%	677.160	62.500	-91%	796.659	73.529	-91%
Portugal 2020	243.744	267.721	10%	730.521	999.084	37%	974.265	1.266.805	30%
TOTAL	363.243	278.750	-23%	1.407.681	1.061.584	-25%	1.770.924	1.340.334	-24%

3.3. PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INTERNA OU EXTERNA

Em 2017 a CIG continuará o reforço da formação como elemento fundamental para a capacitação institucional e dos/as seus/as trabalhadores/as.

O Plano de Formação 2017, constante no anexo 02 ao presente Plano de Atividades, foi gizado tendo em conta o novo regime da Formação Profissional da A.P, contante do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que integra um novo paradigma de gestão de competências e do conhecimento na Administração Pública, elevando a formação profissional num instrumento estratégico da modernização e transformação da A.P., bem como de valorização das pessoas na organização.

A formação desenvolver-se-á sobretudo com o recurso à oferta exterior, ainda que especialmente condicionada pela oferta e orçamento disponíveis. Será dada particular preferência à oferta formativa da responsabilidade da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). No que se refere à formação interna, procurar-se-á responder às necessidades identificadas, com recursos internos da CIG, nomeadamente quanto à formação em domínios afins à cidadania e igualdade de género.

4. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio, estipula que o Plano de Atividades deve contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa que o serviço se propõe desenvolver, nomeadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação, e, em especial, as que deem cumprimento à regra do digital¹¹.

As medidas de modernização administrativa previstas em 2017 são as definidas no objetivo operacional de qualidade *“Promover iniciativas propiciadoras de melhorias a nível da estrutura e processos organizacionais”*.

¹¹ O n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, estipula a regra do digital, ou seja, “os serviços públicos devem, sempre que a sua natureza a isso não se oponha, para além do atendimento presencial, ser também prestados de forma digital, através da sua progressiva disponibilização na internet.”

5. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, fixa orientações para a colocação de publicidade institucional realizada pelo Estado, Institutos Públicos e demais empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público, definindo, como publicidade institucional, todas as formas de comunicação realizadas mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

Nos termos dos números 10 e 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, a CIG informa que prevê realizar, em 2017, iniciativas de publicidade institucional no âmbito de campanhas nacionais de sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género.

6. ANEXOS

Anexo 01: QUAR da CIG para 2017;

Anexo 02: Plano de Formação 2017.

Anexo 01

QUAR 2017

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2017

Presidência do Conselho de Ministros

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

MISSÃO: A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2017	TAXA REALIZAÇÃO
Promover a integração da perspectiva de género (mainstreaming de género) nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural, nomeadamente ao nível da Administração Pública (directa ou indirecta), empresas e organizações da sociedade civil.		
Promover a difusão e defesa dos Direitos Humanos, nomeadamente no que se refere ao exercício da cidadania, à igualdade de oportunidades e promover a transversalidade dos princípios da igualdade de género, como factores obrigatórios na construção de uma sociedade inclusiva.		
Prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência cometidas por motivos de género, nomeadamente ao nível da violência doméstica e do tráfico de seres humanos.		
Promover a melhoria organizacional a nível de estrutura, processos e pessoas.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 60.0

1: Implementar o mainstreaming de género.

Peso: 20.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Taxa de incremento das parcerias com entidades públicas	5.0	5.0	5.00	2.00	10.00	100			

2: Assegurar a coordenação central da execução dos Planos e Programas Nacionais.

Peso: 40.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Taxa média de execução dos mecanismos de coordenação central da aplicação do VPNGCnD, do VPNPCVDG, do IIPNPCTSH, do IIPPEMGF, e do IIPNAIRCSNU 1325	80.0	80.0	80.00	5.00	100.00	100			

3: Garantir a execução das medidas dos Planos e Programas Nacionais em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.

Peso: 40.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Taxa média de execução das medidas inscritas no V PNIGCnD, no V PNPVDG, no III PNPCTSH, no IIPPEMGF, e no IIPNAIRCSNU 1325, em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.			80.00	5.00	100.00	100			

Eficiência

Peso: 20.0

1: Assegurar uma eficiente operacionalização dos concursos para seleção de candidaturas nas tipologias de operações dirigidas à igualdade de género, no âmbito do POISE, no Portugal 2020.

Peso: 100.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de concursos abertos no âmbito das tipologias de operação do PT2020.			3.00	1.00	5.00	100			

Qualidade

Peso: 20.0

1: Promover iniciativas propiciadoras de melhorias a nível da estrutura e processos organizacionais.

Peso: 100.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Taxa de execução do Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais 2017 aprovado.		80.0	80.00	5.00	100.00	100			

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	112.0		.0
Técnico Superior *	12.0	384.0		.0
Assistente Técnico *	8.0	88.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	20.0		.0
Especialista de Informática	12.0	12.0		.0
Técnico de Informática	8.0	8.0		.0
		684.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2016	31/12/2017
52	

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	2559026		
Despesas c/Pessoal	1507544		
Aquisições de Bens e Serviços	940806		
Outras Despesas Correntes	17676		
PIDDAC	1340334		
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	3899360		

NOTA EXPLICATIVA

Objetivos mais relevantes: O2, O3, O4. Os dois primeiros com um peso de 24%/cada, o terceiro com um peso de 20%.

Recursos Humanos:

O mapa de pessoal aprovado para 2017 prevê um total de 59 postos de trabalho. Destes, 47 (79,60%) respeitam à CIG e 12 (20,30%) à Estrutura de Missão para a Igualdade de Género, relativamente à qual esta Comissão presta apoio técnico e logístico. Os 59 postos de trabalho repartem-se pelos seguintes cargos/carreiras/categorias: 3 (5%) de direcção superior; 5 (8%) de direcção intermédia; 2 (3%) chefias de equipa multidisciplinar; 32 (54%) da carreira técnico superior; 1 (2%) da carreira de especialista de informática; 1 (2%) da carreira de técnico de informática; 11 da carreira de assistente técnico (19%) e 4 (7%) da carreira de assistente operacional.

Recursos Financeiros:

As 'aquisições de bens e serviços' no âmbito do orçamento de funcionamento incluem 916.691€ referentes à 'aquisição de bens e serviços correntes' e 24.115€ referentes à 'aquisição de bens de capital'.

As 'outras despesas correntes' no âmbito do orçamento de funcionamento esgotam-se na 'reserva orçamental' efetuada no âmbito das receitas próprias.

As 'despesas restantes' no âmbito do orçamento de funcionamento esgotam-se nas 'transferências correntes' estimadas efetuar no exercício.

O orçamento PIDDAC inclui 454.222€ referentes a 'despesas com o pessoal' da Estrutura de Missão para a Igualdade de Género e no âmbito do programa EEAGrants, 843.596€ referentes à 'aquisição de bens e serviços', 33.334€ referentes a 'transferências correntes', e 9.128€ referentes à 'aquisição de bens de capital'.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Avaliação Final		
Eficácia	0.0	
1: Implementar o mainstreaming de género.		Não Atingiu
2: Assegurar a coordenação central da execução dos Planos e Programas Nacionais.		Não Atingiu
3: Garantir a execução das medidas dos Planos e Programas Nacionais em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.		Não Atingiu
Eficiência	0.0	
1: Assegurar uma eficiente operacionalização dos concursos para seleção de candidaturas nas tipologias de operações dirigidas à igualdade de género, no âmbito do POISE, no Portugal 2020.		Não Atingiu
Qualidade	0.0	
1: Promover iniciativas propiciadoras de melhorias a nível da estrutura e processos organizacionais.		Não Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
-------------	-------------------------------

Taxa de incremento das parcerias com entidades públicas	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar com os recursos disponíveis e considerando o histórico do indicador. São consideradas elegíveis as parcerias com entidades públicas pertencentes à Administração Central, Local e Regional, formalizadas em protocolos de atuação. Resultado (fórmula de cálculo): (Protocolos assinados em 2017 - Protocolos assinados em 2016) / Protocolos assinados em 2016
---	---

Taxa média de execução dos mecanismos de coordenação central da aplicação do VPNGCnD, do VPNPCVDG, do IIPNPCTSH, do IIPAPMGF, e do IIPNAIRCSNU 1325	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar com os recursos disponíveis e considerando o histórico do indicador. São consideradas elegíveis as medidas incluídas nos VPNGCnD, do VPNPCVDG, do IIPNPCTSH, do IIPAPMGF, e do IIPNAIRCSNU 1325, planeadas executar em 2017. Resultado (fórmula de cálculo): (Medidas executadas em 2017 / Medidas planeadas para 2017) * 100
---	---

Taxa média de execução das medidas inscritas no V PNIGCnD, no V PNPCTSH, no III PNPCTSH, no IIPAPMGF, e no IIPNAIRCSNU 1325, em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar com os recursos disponíveis e considerando o histórico do indicador. São consideradas elegíveis as medidas incluídas nos VPNGCnD, do VPNPCVDG, do IIPNPCTSH, do IIPAPMGF, e do IIPNAIRCSNU 1325, em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução, planeadas executar em 2017. Resultado (fórmula de cálculo): (Medidas executadas em 2017 / Medidas planeadas para 2017) * 100
---	--

Número de concursos abertos no âmbito das tipologias de operação do PT2020.	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar, considerando os recursos disponíveis e o ambiente externo atual. São considerados elegíveis os concursos abertos integrados nas seguintes tipologias: 1.06 – Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade; 1.07 – Apoio à capacitação de empresas por mulheres; 3.15 – Formação de públicos estratégicos; 3.16 – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativas; 3.17 – Instrumentos específicos de proteção de vítimas e de acompanhamento de agressores de violências doméstica. Com exceção da tipologia 3.17 que é desagregada em 5 eixos de atuação a que correspondem a 5 concursos, só é considerado 1 concurso por tipologia de operação. Com o lançamento dos concursos assumem-se atingidos os resultados. Resultado (fórmula de cálculo): Contagem do n.º de concursos abertos em 2017 no âmbito das tipologias de operação do PT2020.
---	--

Taxa de execução do Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais 2017 aprovado.	O valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pode aspirar alcançar, considerando os recursos disponíveis. São consideradas elegíveis as atividades previstas em cada uma das 3 iniciativas de melhoria incluídas no Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais 2017 aprovado, a saber: 01 - Implementar o módulo de gestão de mailing lists na Framework web da CIG; 02 - Operacionalizar a área Acesso Reservado (destinada ao Conselho Consultivo da CIG) no sítio web da CIG; 03 - Elaborar um estudo sobre a aplicação do licenciamento Creative Commons ao sítio web e às publicações CIG. Resultado (fórmula de cálculo): \sum do grau de cumprimento das Iniciativas do Plano / N.º de Iniciativas do Plano.
--	---

Indicadores	Fonte de Verificação
-------------	----------------------

Taxa de incremento das parcerias com entidades públicas	Dossier de arquivo dos protocolos assinados.
---	--

Taxa média de execução dos mecanismos de coordenação central da aplicação do VPNGCnD, do VPNPCVDG, do IIPNPCTSH, do IIPAPMGF, e do IIPNAIRCSNU 1325	Contributos remetidos pelos responsáveis pela execução de cada uma das medidas dos planos
---	---

Taxa média de execução das medidas inscritas no V PNIGCnD, no V PNPCTSH, no III PNPCTSH, no IIPAPMGF, e no IIPNAIRCSNU 1325, em que a CIG é a entidade responsável pela sua execução.	Contributos remetidos pelos responsáveis pela execução de cada uma das medidas dos planos
---	---

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Fonte de Verificação
Número de concursos abertos no âmbito das tipologias de operação do PT2020.	Balcão 2020
Taxa de execução do Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais 2017 aprovado.	Relatório de monitorização trimestral do Plano de Melhoria de Estruturas e Processos Organizacionais 2017

Anexo 02

Plano de Formação 2017

Aprovo o Plano de Formação de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 156/2017, de 22 de dezembro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 3, de 4 de janeiro de 2017.



27.04.17

Carlos Duarte
Vice-Presidente
Por delegação de competências,
(desp. N.º 156/2017, de 4 de janeiro)

INFORMAÇÃO N.º 209/DAF/2017

Data: 27/04/2017

ASSUNTO: PLANO DE FORMAÇÃO DE 2017 DA COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO.

A. Finalidade

1. Aprovação do Plano de Formação de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

B. Enquadramento

2. A preparação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas ao serviço do desenvolvimento económico sustentável e da coesão social exige uma Administração Pública dinâmica, eficiente, inovadora, motivada e centrada nas efetivas necessidades dos cidadãos e agentes económicos. Para tanto é fundamental fazer diagnósticos rigorosos, definir prioridades e gerir de forma eficiente os recursos disponíveis, criando sinergias e potenciando a capacidade de transformação existente na sociedade.
3. Os recursos humanos são o ativo mais precioso de qualquer organização e a sua qualidade é determinante para o sucesso das políticas públicas.
4. O Programa do XXI Governo Constitucional aposta no reforço da qualificação dos trabalhadores da Administração Pública ao apontar para a «adoção de um novo sistema de formação contínua e integrada, atendendo ao perfil dos trabalhadores públicos e às necessidades dos serviços, nomeadamente através de protocolos com instituições do ensino superior».
5. O enquadramento legal da formação profissional na Administração Pública mantém-se praticamente inalterado desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.os 70-A/2000, de 5 de maio, e 174/2001, de 31 de maio. Ainda que boa parte desse regime se mantenha atual, a sua operacionalização tem-se vindo a deparar com dificuldades que resultam, entre outras razões

circunstanciais, da sua desadequação face às novas necessidades, tendências e modalidades de formação profissional, bem como ao desenvolvimento e diversificação verificados na oferta formativa existente no país. Por outro lado, as alterações organizativas que entretanto ocorreram nesta área também não se encontram refletidas nesse enquadramento.

6. Dando cumprimento às orientações do Programa do Governo nesta matéria, o Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pretendeu atualizar, desenvolver e aperfeiçoar o regime da formação profissional nas administrações públicas, criando condições para tornar mais efetivos o direito e o dever de formação profissional dos trabalhadores em funções públicas.

C. Análise

7. Em conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, a formação profissional tem por objetivos:
 - a) Capacitar os órgãos e serviços da Administração Pública, através da qualificação dos seus trabalhadores e dirigentes, para responder às exigências decorrentes das suas respetivas missões, atribuições e competências;
 - b) Desenvolver competências de inovação e gestão da mudança, mediante a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades reflexivas e críticas, propiciadoras de comportamentos e atitudes ajustados aos necessários processos de modernização administrativa;
 - c) Contribuir para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas;
 - d) Promover a capacitação humana para a governação digital;
 - e) Assegurar a qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e melhorar o seu desempenho, segundo referenciais de competências;
 - f) Contribuir para o reforço da qualificação profissional, garantindo, sempre que necessário, a dupla certificação;
 - g) Dinamizar uma cultura de gestão do conhecimento organizacional, que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização do conhecimento.
8. O empregador público deve proporcionar ao trabalhador e aos dirigentes o acesso a formação profissional e criar as condições facilitadoras da transferência dos resultados da aprendizagem para o contexto de trabalho (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro).
9. Os órgãos e serviços da Administração Pública elaboram o plano de formação profissional, de acordo com o diagnóstico de necessidades efectuado (artigo 12.º, n.º 1), o qual deve, preferencialmente, atender:
 - a) Às políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de inovação e modernização administrativas, garantindo uma abordagem prospetiva da atividade formativa;
 - b) Às necessidades prioritárias dos trabalhadores face às exigências dos postos de trabalho que ocupam, aferidas de entre as áreas estratégicas definidas;
 - c) À identificação de necessidades de formação decorrente do processo de avaliação do desempenho.
10. O plano de formação profissional, devidamente orçamentado, insere-se no ciclo de gestão dos órgãos e serviços, fazendo parte integrante do plano de actividades (artigo 12.º, n.º 3).
11. Considerando os objectivos da formação enunciados bem como as obrigações que impendem sobre os órgãos e serviços da Administração Pública descritas, após o diagnóstico de necessidades efectuado por cada unidade orgânica, em conformidade com as orientações da Direção, foi elaborado o Plano de Formação 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o qual consta em anexo à presente Informação.
12. A realização das acções previstas importa a quantia estimada de 9.744,00 EUR, a qual será objecto de adequada cabimentação no orçamento de actividades e projetos desta Comissão.
13. É entidade competente para a aprovação do Plano de Formação de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Vice-Presidente da CIG, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 156/2017, de 22 de dezembro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 3, de 4 de janeiro de 2017.

D. Proposta

14. Face ao exposto, propõe-se a aprovação do Plano de Formação de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 156/2017, de 22 de dezembro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 3, de 4 de janeiro de 2017.

À consideração superior,

O Chefe da DAF



João Pinto Lopes

Anexo: Plano de Formação de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (06 páginas).



PLANO DE FORMAÇÃO 2017

Em conformidade com Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que define o regime da formação profissional na Administração Pública

ÍNDICE GERAL

1. NOTA INTRODUTÓRIA	2
2. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE FORMAÇÃO 2017	2
3. PRIORIDADES E ORIENTAÇÕES	3
4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	4
5. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO	4
ANEXO – PLANO DE FORMAÇÃO 2017	4

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Formação elaborado para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) tem como horizonte de concretização o ano de 2017.

A capacidade de adaptação à mudança continua a ser um elemento essencial do sucesso. Assim, levar em consideração as necessidades dos/as trabalhadores/as, alinhadas com os objetivos da organização, deixou de ser desejável, apresentando-se como fundamental para alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência compatíveis com os desafios com que se confrontam os serviços públicos.

Deste modo, é preciso ter presente que a formação deve ser encarada como fazendo parte de um processo de transformação, tendo em vista a melhoria contínua, processo esse que só é possível de alcançar se contar com o empenhamento de todos, incluindo a gestão de topo, de modo a que o compromisso seja assumido em coletivo e não apenas por cada trabalhador/a individualmente.

Não menos importante, sobretudo nos tempos exigentes com que a Administração Pública e os seus colaboradores se confrontam, é o contributo da formação para a motivação das equipas, afinal instrumento quase único ao dispor dos dirigentes para assinalar a sua aposta nas pessoas.

2. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE FORMAÇÃO 2017

A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui um dos pilares da Constituição da República Portuguesa (CRP) plasmado na alínea h) do seu artigo 9.º, sendo a CIG o organismo nacional por excelência responsável pela promoção e defesa deste princípio junto da sociedade, procurando, através da sua intervenção, responder às profundas alterações sociais e políticas que vão marcando o desempenho em matéria de cidadania e igualdade de género.

O ano 2017 assume particular importância uma vez que coincide com a conclusão do atual ciclo de Planos Nacionais¹ e o desenho da nova estratégia a plasmar nos Planos a vigorar a partir de 2018.

Contudo, constituindo a formação um processo contínuo de aprendizagem e reforço do desenvolvimento pessoal e profissional, o presente plano não se afasta dos princípios orientadores que estiveram subjacentes aos anteriores planos de formação que importa assim enunciar:

- Contribuir para o aumento da qualidade do serviço a prestar aos stakeholders da CIG;
- Proporcionar a formação necessária para a concretização das atividades de integram o Plano de Atividades da CIG;
- Estruturar uma formação relevante e abrangente que promova a qualificação e a satisfação profissional das/os trabalhadoras/es;
- Atualizar e garantir a aquisição de competências técnicas específicas em articulação com formação geral de suporte ao desenvolvimento das/os trabalhadoras/es;
- Reforçar a cultura organizacional.

3. PRIORIDADES E ORIENTAÇÕES

As prioridades formativas afirmam-se ao nível do aumento das competências dos/as trabalhadores/as nas áreas temáticas de intervenção da CIG, de uma forma transversal e extensível as todas as unidades orgânicas, carreiras/categorias, a saber:

- Educação para a cidadania e realização de ações tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas;
- Igualdade entre homens e mulheres;
- Proteção da maternidade e da paternidade;
- Promoção de meios facilitadores de participação paritária de mulheres e homens nas várias esferas da vida;
- Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens;
- Combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos e apoio às suas vítimas.

A par desta opção, o reforço das competências em algumas áreas específicas de algumas unidades orgânicas afigura-se igualmente como necessário enquanto reforço e atualização de conhecimentos.

Desta forma, o levantamento de necessidades (da responsabilidade das unidades orgânicas e respetivos trabalhadores/as) obedeceu à identificação de duas ações de formação por trabalhador/a de acordo com o referido anteriormente. Esta recolha de informação teve como objetivo realizar um diagnóstico indicativo sobre as perspetivas formativas das/os trabalhadoras da CIG.

¹ A CIG é responsável pela coordenação do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI), do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017 (V PNPCVDG), que integra o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017 (III PNPCTSH) e do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (II PNA 1325).

Tendo a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, como entidade formativa externa prioritária para as áreas não temáticas, a CIG procurou igualmente reativar alguns dos protocolos celebrados com entidades do ensino superior de forma a conseguir alcançar os objetivos de formação nas suas áreas específicas de atuação.

Neste sentido merece particular destaque a frequência de cursos de especialização e mestrados nas áreas temáticas da Igualdade de Género, Cidadania e Desenvolvimento.

Assim, em 2017 irão frequentar a 2ª edição do Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género ISCSP/CIEG, 5 técnicos/as superiores, numa parceria com o ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - CIEG Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, suportando a CIG os custos de apenas 2 formandos/as. De igual forma a CIG tem prevista a frequência de 2 técnicos/as superiores no mestrado em «Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento» da responsabilidade da Universidade Aberta.

Ainda na vertente das áreas temáticas da CIG está projetada a organização de formação interna em moldes que estão a ser analisados com as entidades responsáveis pelo que não constam, nesta fase do presente documento.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

Apesar das contingências orçamentais, a CIG assume como prioridade garantir o acesso efetivo à formação profissional a todos os/as trabalhadores/as ao longo da execução do plano.

Assim, considerando que o plano abrange um período anual, há que ter em conta que não é possível nesta fase equacionar todas as variáveis, nomeadamente o orçamento disponível para o corrente ano, o que pode constituir um desvio ao agora programado, reservando-se a Direção da CIG o direito de estabelecer critérios de seleção de ações formativas.

5. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Ao longo do ano fica previsto um momento chave de monitorização relativamente à execução do plano. Neste sentido é exetável que até 30 de setembro de 2017 seja registada a evolução do número de horas de formação ministradas e trabalhadores/ras abrangidos/as e efetuadas os ajustamentos que se revelem necessários.

Nos casos em que já não haja oferta suficiente para a formação pretendida, poderá revelar-se necessário escolher outra ação que se aproxime o mais possível das expectativas e das carências manifestadas, situação a avaliar com o/a trabalhador/a e respetiva chefia.

ANEXO – PLANO DE FORMAÇÃO 2017

PLANO DE FORMAÇÃO 2017					
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EUR)	PARTICIPAÇÕES (N.º)	VALOR GLOBAL (EUR)	HORAS FORMAÇÃO (N.º)	ENTIDADE FORMADORA
CAGEP	600,00	2	1.200,00	150	INA
FORGEP	1.300,00	1	1.300,00	260	INA
Responsabilidade Pessoal, Disciplinar e Financeira dos Dirigentes e outros Trabalhadores em FP no âmbito da LCPA e LOPTC	165,00	1	165,00	12	IGAP
Novo* Código do Procedimento Administrativo - DL 4/2015, de 7/1	180,00	2	360,00	28	IGAP
Técnicas de redação online	140,00	1	140,00	14	INA
Técnicas de trabalho colaborativo	210,00	1	210,00	21	INA
Mestrado Estudos Sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura*	937,50	2	1.875,00	0	Universidade Aberta
Formação Especializada em Igualdade de Género	240,00	5	1.200,00	240	ISCSP/CIEG
O Código dos contratos públicos	280,00	2	560,00	56	INA
Estratégias de atendimento ao público	140,00	2	280,00	28	INA
Conceção, gestão e avaliação de projetos	280,00	1	280,00	28	INA
Gestão de documentos eletrónicos e preservação	120,00	1	120,00	15	BAD
Preservação de coleções de fotografia	144,00	1	144,00	18	BAD
Gestão de documentos eletrónicos e preservação digital	120,00	1	120,00	15	BAD
Ética e deontologia profissional na Administração Pública	210,00	1	210,00	21	INA
Social media marketing e gestão de páginas de facebook	140,00	1	140,00	14	INA
Técnicas de trabalho colaborativo	210,00	1	210,00	21	INA
Assiduidade, pontualidade e trabalho extraordinário e suplementar na AP	210,00	1	210,00	21	INA
Introdução ao design de comunicação	140,00	1	140,00	14	INA
Segurança da informação: Soluções técnicas	300,00	2	600,00	60	INA
Gestão administrativa e material de stocks	280,00	1	280,00	28	INA
TOTAL		31	9.744,00	1.064	

* Na presente data não existe informação do n.º de horas letivas do Mestrado Estudos Sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura.